



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

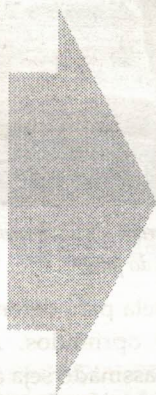
ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XI - Nº 178 - 1ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1999 - R\$ 1,00

Marcha a Brasília: Política eleitoreira estrangula o movimento

- O combate efetivo ao governo se faz é com a luta direta
- O parlamento não removerá FHC nem atenderá as reivindicações
- As CPIs são todas uma farsa
- Separar as reivindicações dos explorados das dos exploradores
- Organizar a greve geral pela derrubada do plano de fome de FHC
- Construir a aliança operário-camponesa
- Por em pé a Frente Única Antiimperialista



A FARSA DO JULGAMENTO DOS ASSASSINOS DE SEM-TERRA TRIBUNAIS POPULARES PARA JULGAR E PUNIR DE VERDADE

**O imperialismo norte-americano
já intervém na Colômbia**

**Avanço das lutas na América Latina
favorece o POR boliviano**

Fora com a perseguição política na Apeoesp! Retirada imediata do processo!

Marcha a Brasília: muita disposição de luta, sufocada pela política eleitoreira

A Marcha a Brasília no último dia 26/08/99 conseguiu realizar a maior manifestação política feita na cidade. Mais de 1100 ônibus fretados garantiram mais de 50 mil pessoas de outros estados, sem falar dos que vieram de ônibus comercial ou de condução própria. Estes se juntaram aos manifestantes locais, e certamente superaram os 70 mil manifestantes.

A realização do ato, porém, esteve marcada pelo caráter de pressão parlamentar, para a entrega do abaixo-assinado pela CPI da Telebrás, apresentado enganosamente como "Fora FHC". Assim, esgotou-se com a entrega dos pacotes de papéis ao parlamento. Se tudo correr como pretendem os que declamam pelo impeachment, daqui a dois anos se instala uma CPI. Enquanto isso, o governo prossegue com sua linha antinacional e antipopular.

A Marcha dos Cem Mil foi organizada ao redor da entrega do abaixo-assinado. Entre as diversas correntes e partidos, havia muita polêmica sobre as palavras de ordem. Os setores mais radicais se colocavam pelo *Fora FHC e antecipação das eleições*. Havia os defensores do *Basta FHC*, que nada mais é que chamar a votar em outro nas próximas eleições. E os dirigentes do PT se colocaram contra o discurso da exigência da saída de FHC, defendendo apenas a mudança da política econômica. José Dirceu afirmou: "*Ou Fernando Henrique muda de modelo econômico ou o Brasil muda de governo.*" Mais longe foram porém o governador petista Jorge Viana (Acre) e os senadores Tião Viana e Marina Silva, que receberam FHC às vésperas da Marcha, espalharam propaganda de boas-vindas ao tucano e se referiram à possibilidade demagógica-eleitoreira de "união pelo povo" entre eles e FHC, apesar dos partidos: "*Acho que é possível construir uma relação, apesar dos partidos diferentes, que tenha os interesses do povo em primeiro lugar*" (Jorge Viana).

Da linha conciliatória à radical eleitoreira, todos traçaram uma política de submissão das massas às disputas interburguesas e ao parlamento, negando o



Os manifestantes voltaram para casa após assistirem suas direções entregarem ao parlamento a decisão sobre os problemas do país.

método da ação direta para defender as reivindicações dos oprimidos. Assim, não é que o abaixo-assinado seja apenas limitado, mas sim um obstáculo para organizar a luta nacional pela derrubada do plano antinacional e antipopular de FHC.

A organização da marcha se deu com o consentimento do aparato repressivo do governo. O comando do movimento se reuniu uma semana antes com o ministro-chefe da casa militar, general Alberto Cardoso, e com o secretário da Segurança Pública do Distrito Federal, Paulo Castelo Branco, para tratar da manifestação. Além disso, foram contratados seguranças pelos próprios organizadores do movimento para evitar confrontos. Por fim, os deputados da oposição reformista se apresentaram como piqueteiros anti-radicalização dos manifestantes, agindo para evitar qualquer pretensão de ações mais radicais. Tudo para dar ao movimento o caráter pacifista e parlamentar, não atrapalhar as boas relações da oposição com o governo, e não desgastar eleitoralmente.

Apesar de toda a colaboração da oposição, o governo agiu contra a marcha. Saiu aos meios de comunicação e acusou os opositores de golpistas. Ativou um esquema de segurança nas estradas que

fazia um "pente-fino" nos ônibus fretados, ao ponto de atrasá-los e inviabilizar sua participação do ato. Mas essas manobras não chegaram a afetar significativamente o protesto.

Os organizadores falaram em repetir a manifestação em outros pontos do país. Mas tudo sempre sob a linha da pressão parlamentar/institucional. Todas as alas do reformismo procuram solucionar a profunda crise do regime político, seja pela via da "mudança da política econômica", seja pela substituição institucional do governo (*impeachment*). Todas elas se colocam, trazendo as correntes centristas à sua sombra, por ajudar a burguesia a salvar seu regime político e seu sistema econômico em decadência. E, nesse processo, tirar algum proveito eleitoral.

Denunciamos a política de arrastar o movimento atrás do parlamento marionete dos bandos capitalistas. Combate-mos quaisquer ilusões sobre a possibilidade das chamadas CPIs, que só fazem inocentar os corruptos e dar-lhes atestado de honestidade. Defendemos sim o combate ao governo e seu plano antinacional e antipopular, o que só pode ser feito de fato com a luta direta, a organização de uma greve geral pela derrubada do plano.

Reproduzimos a seguir o manifesto do POR distribuído na Marcha dos Cem Mil
O combate efetivo ao governo se faz é com a luta direta
O parlamento não removerá FHC nem atenderá as reivindicações
As CPIs são todas uma farsa
Separar as reivindicações dos explorados das dos exploradores
Organizar a greve geral pela derrubada do plano de fome de FHC
Construir a aliança operário-camponesa
Por em pé a Frente Única Antiimperialista

A Marcha dos 100 mil acontece em meio a uma grave crise política e agravamento da crise econômica. A quebra do Plano Real, com a desvalorização da moeda e os aumentos de preços generalizados, a partir dos combustíveis e das tarifas públicas, detonou os choques abertos entre a base governista e acelerou o desgaste de FHC entre as massas. As lutas operárias pela quebra do congelamento salarial e contra as demissões, o crescimento das ocupações do campo, as mobilizações de caminhoneiros e motoristas, a retomada das lutas contra a destruição da educação, tudo isso indica que o descontentamento com o governo e seu plano está evoluindo para uma luta nacional de massa. A disposição de luta pelas necessidades mais imediatas choca-se com as imposições do capital financeiro internacional, que são de impor a entrega da economia para as multinacionais e garantir o parasitismo financeiro às custas da miséria nacional.

Os capitalistas, atingidos pelo agravamento da crise econômica, disputam entre si a sobrevivência à sombra do capital financeiro internacional. Tanto os chamados monetaristas quanto os desenvolvimentistas pretendem ampliar a exploração do trabalho e manter a política ditada pelo FMI. Os trabalhadores não devem apoiar nenhum dos bandos capitalistas. A divisão entre os grupos da burguesia a enfraquece e a seu governo diante dos oprimidos. A unidade que devemos alcançar é a dos operários, sem-terra, professores e estudantes, trabalhadores e movimento popular, enfim, da nação oprimida contra a burguesia e o imperialismo.

Por isso, é fundamental que organizemos nosso movimento com independência de classe. A primeira tarefa é formular corretamente as reivindicações que podem dar unidade aos movimentos em marcha. É preciso deixar clara a separação das reivindicações dos explorados daquelas que só interessam aos bandos de exploradores. Sem isso, os exploradores poderão utilizar

os movimentos em suas disputas mesquinhas e, tão logo consigam o que pretendem, se voltarão contra os oprimidos. Esse é um problema que tem acontecido e desviado as lutas de sua vitória. Vimos isso quando dirigentes sindicais colocam trabalhadores a apoiarem as reivindicações de patrões: o movimento acaba como elemento de barganha nas disputas capitalistas. Exemplos: apoio às reivindicações da multinacional Ford, em São Bernardo (SP), apoio aos donos de empresas de ônibus contra os perueiros (SP), mistura das justas reivindicações de caminhoneiros com as das transportadoras, e dos pequenos agricultores com as dos latifundiários. O resultado desse tipo de política tem levado a sucessivas derrotas.

O segundo ponto é a independência organizativa. Os partidos e organizações da burguesia servem para atender aos interesses da exploração e opressão. O movimento dos explorados, quando se levanta pelas reais necessidades, se choca com esses partidos e organizações. Juntar-se aos partidos e organizações dos exploradores, apresentando o pretexto de interesses comuns, é enganar os trabalhadores e levá-los à derrota. O avanço do movimento depende de preservar sua independência.

Mais importante, e que determina as questões acima: a independência política. Os capitalistas têm seus interesses e formulam sua política a partir deles. Para isso, chamam as massas a confiarem no seu regime político, em seus governos, nos seus partidos, nas suas instituições e, principalmente, em que os próprios grupos burgueses resolvam os problemas, mantendo os oprimidos na passividade, aceitando a exploração. Diante dos protestos dos oprimidos, respondem: votem melhor nas próximas eleições, façam um pedido ao parlamento ou à justiça (ambos controlados pelos capitalistas), fiscalizem seus parlamentares, confiemos nos tribunais e todo tipo de conversa fiada.

Contra essa mentira toda, os oprimidos

formulam sua resposta: colocam-se em movimento, fazem manifestações, greves, ocupações. Formulam assim sua política própria e os meios para praticá-la. Quando os explorados conseguem deixar claro os choques de interesses e tomam a resolução dos problemas nas próprias mãos, os exploradores deixam de lado a conversa fiada e reprimem, mostrando a verdadeira face da ditadura de classe, maquiada de democracia burguesa.

O plano de FHC é antinacional e anti-popular. Entrega a economia do país às multinacionais, com a abertura de mercado, privatizações, privilégios ao capital externo etc. Favorece o parasitismo financeiro com os cortes de gastos públicos e elevação de impostos, taxas e tarifas. E despeja os custos sobre as massas, com a destruição dos serviços públicos, recessão, desemprego, redução salarial etc. Cada reivindicação das massas (salário, emprego, saúde, educação, previdência, terra etc.) se opõe a essas imposições do capital financeiro internacional (imperialismo). A luta consequente por cada uma delas leva ao confronto com o imperialismo, a burguesia nacional submissa e seu governo entreguista. É necessário unificar todos esses movimentos numa greve geral pela derrubada do plano. Constituir uma frente única antiimperialista que, sob a direção da classe operária, organize a luta antiimperialista e anticapitalista. Impulsionar a luta de classes no campo, dando-lhe uma perspectiva para destruir o latifúndio e assegurar a sobrevivência ao camponês empobrecido e sua família, o que depende da aliança operário-camponesa.

Todos os 100 mil que vão a Brasília colocam-se por combater o governo FHC. O problema é: COMO? A proposta de depositar a confiança no parlamento e justiça burgueses vai na contramão das tendências de luta. Não será com um abaixo-assinado, dirigido ao Congresso Nacional corrupto e manipulado pelos capitalistas, limitado a um pedido de CPI, MASSAS — 1ª quinzena de setembro de 1999 — 3

que já sabemos, não julga nem pune os corruptos, que poderá dar um combate real ao governo.

Chamar as organizações de massa a se meterem nessa campanha ao invés da organização da luta direta pelas reivindicações mais sentidas das massas, que se opõem ao plano, ao governo, à burguesia e ao imperialismo, é desviá-las da resolução de seus problemas, é distraí-las, é bloquear o combate efetivo ao governo entreguista, é negar a defesa verdadeira das reivindicações. É retroceder em relação a uma situação de lutas generalizadas que já estão em marcha. O *impeachment* nada mais é que a forma do reformismo tentar resolver a grave crise política do regime burguês preservando o capitalismo e mantendo as massas passivas. Não é a toa que são essas mesmas direções que pregam o distracionismo eleitoral e se negam a defender firmemente as necessidades mais elementares das massas, como salário e emprego.

As diversas mobilizações que têm acontecido apontam o caminho correto: amadurecer as condições para a greve geral para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular. As massas têm de confiar em suas próprias forças e nos seus próprios métodos.

Pelo atendimento das reivindicações das massas:

Pelo salário mínimo real de 1800 reais.

Fim do congelamento salarial. Pela reposição de todas as perdas, escala móvel de salários (aumento automático de acordo com a inflação).

Pelo emprego para todos: escala móvel de horas de trabalho (divisão do trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, sem redução de salários).

Destruição do latifúndio, terra para os camponeses pobres.

Defesa dos serviços sociais públicos (saúde, educação, previdência).

Fim das privatizações, reestatização sob controle operário.

Não pagamento da dívida externa, ruptura com o imperialismo, estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores.

Nenhum imposto aos assalariados. Que só os capitalistas paguem.

Greve Geral para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC/FMI.

Construir a Frente Única Antiimperialista e a Aliança Operário-Camponesa.

Construir um autêntico partido revolucionário.

Destruir o capitalismo. Lutar pelo Governo Operário e Camponês e pelo socialismo.

PCO e a CPI dos reformistas

No seu panfleto "Todos à marcha em Brasília", PCO (Partido da Causa Operária) afirma: "O pedido de CPI é uma forma de formalizar a disposição da classe trabalhadora de colocar para fora o principal responsável pelo arrocho, o desemprego, a corrupção, o favorecimento dos banqueiros etc. Isso não significa que tenhamos que ficar na dependência da "boa vontade" do Congresso Nacional, cúmplice de FHC (...) Um Congresso dominado por verdadeiras quadrilhas e máfias especializadas em assaltar os pobres para dar aos ricos."

A última frase do texto é a mais pura realidade. Mas a primeira é a mais pura falsificação. O pedido de CPI é expressão da política burguesa e distracionista do PT e seus aliados da frente popular. Não é uma forma dos trabalhadores formalizarem sua disposição de classe para colocar para fora FHC. Trata-se, sim, da formalização da política reformista de fazer oposição burguesa e procurar afastar FHC pela via do Congresso Nacional. Há uma clara ligação entre o pedido de CPI e o ilusionismo parlamentar inculcado pelos reformistas e burocrata sindicais no cérebro dos explorados.

Qualquer concessão - é isso que PCO faz - ao pedido de CPI, é colaborar com o ilusionismo burguês e com a política de desviar as massas de seus objetivos próprios.

As experiências com dezenas de CPIs se encarregaram de mostrar que servem para acobertar, no final das contas, as mesmas quadrilhas. É necessário denunciar as CPIs e a política dos reformistas de canalizar o descontentamento dos explorados para as soluções parlamentares. As CPIs são instrumentos das quadrilhas burguesas. Isso deve ser dito sem receio.

É completamente hipócrita dizer que a CPI é uma maneira dos trabalhadores formalizarem seu descontentamento e logo chamar a não confiar em soluções parlamentares. A verdade é que o pedido de CPI responde à política do reformismo e espelha seu apego ao parlamento (cova de ladrões). Confundir a aspiração dos trabalhadores de lutar contra o governo burguês com a política parlamentar dos reformistas (pedido de CPI e abertura de *impeachment*) é falsear a realidade para fazer concessão ao reformismo.

Não é por acaso que a convocatória de PCO dá uma série de conselhos e faz exortações típicas do oportunismo (o centrismo expressa o oportunismo). Um exemplo: depois de chamar a não confiar no Congresso nacional e afirmar que "só a mobilização popular pode acabar com FHC", diz: "No entanto, para que esta mobilização seja possível é necessário levantar não apenas a necessidade de remover FHC mas dar uma resposta às questões vitais que constituem a preocupação concreta das massas como salário, desemprego e a terra." Está evidente que PCO assumiu a estratégia do reformismo de remover FHC.

Em todo o panfleto, PCO evitou atacar os objetivos do PT e seus comparsas, que é de remover FHC pelo *impeachment* e convocar novas eleições.

Vejamos como o centrismo doura a pílula: "Os objetivos centrais estabelecidos pelos principais organizadores da marcha limitam-se à entrega ao Congresso Nacional um abaixo-assinado que reivindica a abertura de um processo contra o presidente da República por improbidade administrativa e reivindicar a abertura de uma CPI da Telebrás." (grifo nosso).

Fica agora mais evidente ainda o oportunismo de PCO, reflexo de sua adaptação às pressões do reformismo. O abaixo-assinado pedindo a CPI e o processo por crime de responsabilidade não se caracteriza por se limitar à entrega no Congresso Nacional. Não são objetivos limitados. São expressão da política reformista do PT e de uma ala burguesa descontente com o governo. Justamente o que limitou a marcha dos 100 mil à entrega do abaixo-assinado, determinou o seu disciplinamento policial (os organizadores contrataram seguranças para cercar os manifestantes) e levou para o palanque figuras expressivas da política patronal foi a linha do reformismo de iludir os trabalhadores com o pedido de CPI. E o que excluiu totalmente as reivindicações mais sentidas dos famintos e desempregados também foram os objetivos impostos pela direção petista, estalinista e pedetista etc. Exortar que se adendem as reivindicações de salário, emprego e terra aos camponeses a esses objetivos limitadores da marcha é oportunismo.

O correto era e é rechaçar claramente a política do reformismo (CPIs, apuração de responsabilidade, afastamento constitucional do Presidente etc) para se poder defender o programa da classe operária, as bandeiras de todos explorados e lutar contra o governo burguês com os métodos da luta de classe.

Repique da crise indica mais dificuldades aos trabalhadores

O governo tem tido dificuldades para conter a desvalorização da moeda brasileira diante do Dólar. A ação do governo no mercado, no entanto, tem sido a de controlar exaustivamente a desvalorização, e não a de impedi-la. O que indica que a desvalorização do real em curso é um processo dirigido pela equipe econômica. E caminha no sentido de atenuar as pressões no sentido do agravamento da crise.

A desvalorização é uma necessidade diante da disparidade da "estabilidade" monetária de uma economia atrasada e em recessão. O valor da moeda brasileira é sustentado artificialmente por subsídios ao capital especulativo estrangeiro, que traz ao país os dólares para se beneficiar do estímulo à agiotagem. A artificial estabilização monetária não passa de um mecanismo de favorecimento dos parasitas do mercado financeiro e de exploração do país.

Recentemente, o governo anunciou, no mesmo dia, o aumento dos preços dos combustíveis e a isenção de CPMF para os investidores estrangeiros. O aumento dos combustíveis é uma imposição do acordo com o FMI. O imperialismo exige do governo que arrecade mais impostos para bancar o parasitismo ao redor dos títulos públicos (dívidas). O preço dos combustíveis tem alta percentagem de impostos (quase a metade). Assim, aumentando os combustíveis, aumenta a arrecadação de impostos, no rumo pretendido pelo FMI. Por outro lado, para favorecer o investimento estrangeiro, isentou-o de CPMF. O dinheiro sai do bolso do assalariado no aumento de combustíveis, passa pelas mãos do governo e vai parar no bolso do especulador, que nem tem mais de pagar esse imposto.

Nos Estados Unidos, discute-se quando e como se dará a próxima grande quebra das bolsas de valores, que terá repercussão no Brasil. Os títulos das ações das empresas, principalmente as de alta tecnologia, estão nas nuvens, sem nenhuma base material. O que se discute é como fazer para que o ajuste entre a ficção especulativa e a realidade da produção não exploda de modo violento e arrasador. A desvalorização dos títulos

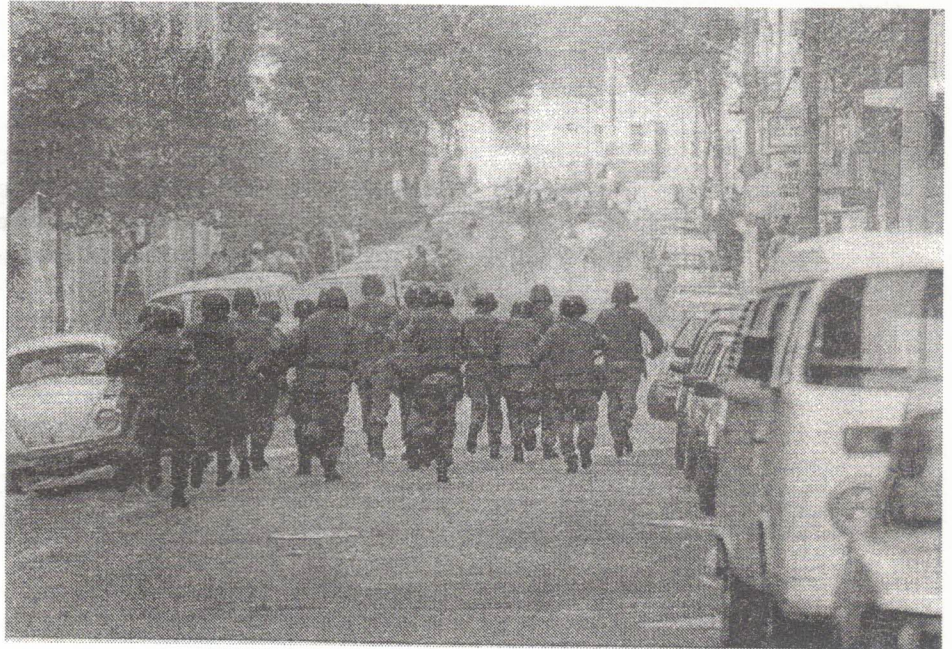
terá repercussão sobre a moeda americana e sobre todos os investimentos internacionais. A recessão é o que se anuncia, aliás, já se manifesta em setores da maior economia mundial e única a não enfrentar estagnação ou recessão no momento.

Os assalariados são a maior vítima da crise capitalista. Para se defenderem da crise, os empresários elevam preços, congelam ou reduzem salários, demitem, pedem incentivos aos governos (que arrumam dinheiro cortando os serviços sociais públicos) etc. Sobra para os assalariados: desemprego, miséria, falta de saúde, previdência, educação etc.

A aplicação do plano antinacional de FHC responde às necessidades capitalistas nesse sentido.

No momento de agravamento da crise, os bandos capitalistas aumentam suas disputas (exemplo: desenvolvimentistas versus monetaristas no Brasil), para ver quem sobrevive às custas da falência do outro. Os choques entre eles

aumenta e as condições para a luta das massas é mais favorável. Mas o movimento corre o risco de se arrastar atrás de um ou outro grupo da burguesia descontente, o que o leva inevitavelmente à derrota. Por isso, apesar das condições favoráveis, o perigo da derrota é ainda maior. Daí a importância da separação das reivindicações dos explorados dos exploradores, da caminhada com independência de classe do movimento. Essa tarefa é realizada pelo partido revolucionário da classe operária, que expressa a independência de classe em seu programa e na sua militância. Diante da fraqueza organizativa desse partido, as tendências conciliadoras podem se impor ao movimento. Mas as tendências de luta se chocam com as direções conciliadoras e abrem a possibilidade de desenvolvimento do partido revolucionário, porque expressa politicamente as necessidades mais sentidas dos assalariados e demais oprimidos.



Os motoristas de ônibus e os perueiros entraram em choque com a polícia em frente à Câmara de Vereadores de São Paulo. A direção sindical dos motoristas tem jogado o movimento contra os perueiros, em favor dos empresários de ônibus, que têm seus lucros reduzidos pela "concorrência". Esse é um exemplo de como a política reformista, que mistura as reivindicações de explorados e exploradores, leva os assalariados a apoiarem seus algozes. São Paulo tinha 10 mil ônibus há 10 anos atrás. Hoje tem cerca de 6 mil. E os empresários querem reduzir esse número ainda mais. Pretendem andar com os ônibus lotados sempre, elevando a lucratividade. A existência dos perueiros é uma ameaça a essa pretensão. Os motoristas devem lutar pelo emprego e salário, contra os capitalistas que os exploram e não contra os perueiros.

Eldorado

Absolvição dos assassinos de Eldorado de Carajás mostra a quem serve a “Justiça”

Todo o processo contra os policiais que massacraram os sem-terra, em Eldorado de Carajás (PA), foi marcado pela certeza de que não haveria punição. Inicialmente, o julgamento seria em Eldorado. Logo se verificou que tudo estava preparado para a absolvição dos comandantes e da tropa (150 policiais).

As denúncias do MST, sindicatos e correntes políticas obrigaram a transferência do júri para Belém, na hipótese de que poderia ser “limpo”, “justo” ou outro adjetivo positivo. Resultado: os três comandantes da chacina foram absolvidos, por falta de provas. Dezenove camponeses foram mortos, sendo comprovado pelos laudos que 6 deles executados depois de detidos.

Está evidente que a Justiça, numa sociedade de classe, expressa os interesses dos opressores. No caso do Pará, expõe o poder da oligarquia latifundiária e do seu braço armado (a polícia).

Certamente, o Presidente da República esperava “*uma reprimenda moral que seja*” (Folha de São Paulo). Mal esconde a hipocrisia de um poder que comanda o aparato repressivo. O responsável imediato pelos três oficiais absolvidos é o governador Almir Gabriel (PSDB), que ficou fora do processo. É claro que faz parte do governo o Secretário de Segurança do Estado.

Seria bom para o poder burguês se houvesse uma condenação qualquer, como diz o Presidente da República,

pois assim estaria acobertado o caráter de classe da chacina e da Justiça. O pedido de anulação pela promotoria devido a escandalosa fraude e denúncia de compra de um dos jurados vem nesse sentido.

Um verdadeiro julgamento não poderia ocorrer pelos meandros dessa ordem jurídica. A chacina contra os camponeses expôs a radicalidade do método como os conflitos de classe são tratados pelo Estado. Para a burguesia, a defesa do latifúndio, que abarca a maioria das terras e de posse de uma minoria, está sendo e terá de ser feita com massacres. Não importa se um setor do aparato do Estado, que se diz democrático e defensor dos direitos humanos, considera que foi um excesso da polícia do Pará.

Militarmente, a polícia poderia ter barrado a marcha dos sem-terra sem derramamento de sangue. Mas a tropa não o fez porque estava preparada para levar até as últimas conseqüências sua missão repressiva. A violência nesse grau (chacina) reflete o conteúdo social, político e histórico do aparato militar da burguesia contra os explorados. Não vem ao caso se poderia ter contornado o choque de classe com um grau menor de violência. O fato concreto é que o massacre foi conseqüência da defesa dos latifundiários, portanto de todo capital, contra os trabalhadores sem-terra.

Se há uma lição que devemos tirar do

massacre e da pantomima do julgamento, é que os crimes da burguesia e de seus governantes contra os explorados não podem ser obscurecidos enquanto crimes de classe e que não se pode duvidar de que os crimes desse gênero não têm como ser punidos por representantes da própria ordem opressora. Somente o desenvolvimento dos movimentos sociais, encarnando um movimento histórico de supressão da sociedade de classes, poderá ter força para responder à violência reacionária da classe capitalista. O fim da violência estatal e paramilitar virá somente quando a classe operária destruir o capitalismo. E para isso tem de se organizar para exercer a violência revolucionária (luta de classe) contra a classe capitalista e seu Estado.

Nossa campanha de denúncia contra a absolvição e pela punição dos opressores só tem sentido nessa perspectiva, porque nos permite defender que só os trabalhadores podem julgar e punir os crimes de classe dos capitalistas. Nossa luta é para que esses crimes de classe, as manobras políticas para acobertar suas raízes sociais e as farsas jurídicas venham a amadurecer os trabalhadores para constituir seus **tribunais populares**, sem o que as chacinas ficarão sem resposta de classe.

Chega de massacre! Chega de impunidade aos crimes de classe contra os explorados! Terra aos camponeses pobres!

Escola de quadros

A escola de quadros realizada pelo POR, em julho deste ano, mostrou a importância decisiva da assimilação das teses e princípios elaborados nos Quatro Primeiros Congresso da Internacional Comunista. Aspectos estudados: concepção de partido, a tática revolucionária, programa agrário, sobre as questões nacionais, sindicato, frente única anti-imperialista. Ao mesmo tempo, a es-

cola de quadros discutiu a situação atual da crise capitalista e as tarefas do momento. A escola de quadros objetiva fortalecer a construção leninista do POR, constituído de militantes que se guiam pela teoria marxista em unidade com a prática revolucionária. O POR não é partido de filiados, não faz campanha por filiação; é partido de quadros. Para se militar no POR é preciso concordar com o Pro-

grama, militar em um dos seus organismos (células), assumir a disciplina coletiva e cotizar (defender o princípio do autofinanciamento, independência de classe). O POR rechaça os cursos pseudo-revolucionários, que se transformam em festejos de verão ou inverno. O POR não usa de outro meio para organizar a militância senão a teoria, a política e a prática revolucionárias.

Ceará: o conchavo é o meio da formação da frente popular

No Ceará, está em andamento uma negociação para a consolidação da frente popular em torno do nome de Inácio Arruda (PCdoB) para disputar a prefeitura de Fortaleza.

A postura do PT tem indicado que apoiará o nome do referido candidato, como a melhor opção eleitoral que a esquerda poderá apresentar para tentar vencer as dos demais partidos.

A frente popular é um instrumento de arrebanhamento das massas para a via eleitoral, em contraposição à ação di-

reta, porque esta depende da independência de classe. Não é à toa que as negociações e todos os passos para a formação dessa frente se dão às costas das massas. A estratégia reformista e estalinista de construir uma ampla frente eleitoral tem se colocado como um obstáculo para a luta direta. Isto tem demonstrado a incapacidade do reformismo petista em combater a política entreguista e de estrangulamento dos trabalhadores dos governos FHC/Tasso.

Em contraposição às tendências dispersivas e distracionistas do reformismo (PT), estalinismo (PCdoB) e centrismo (PSTU), defendemos intransigentemente o programa revolucionário, cujo principal objetivo é organizar os trabalhadores para o confronto político com as tendências desmobilizadoras do movimento e os governos burgueses, que aplicam a linha do imperialismo. Um programa que se apóie na ação direta das massas e rechace o oportunismo e eleitoralismo.

Decadência capitalista e crise de direção

O relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNDU) da ONU, divulgado mês passado, mostra que 20% da população mais rica do mundo é responsável por 86% da soma de riquezas do planeta. Enquanto isso, os 20% mais pobres ficam com apenas 1%. É como se dez pessoas tivessem juntas R\$ 100,00, ficando as duas mais ricas com R\$ 86,00, as duas mais pobres com R\$ 1,00 e o restante do dinheiro seria disputado pelos "intermediários".

Continuando, a fortuna das 200 pessoas mais ricas do mundo excede as rendas combinadas de um grupo de países que reúne 41% da população mundial. A fortuna dos três homens mais ricos da Terra ultrapassa o PIB (Produto Interno Bruto) acumulado dos países capitalistas mais atrasados e de seus 600 milhões

de habitantes. Os países imperialistas ostentam 97% das patentes de todo o mundo, ao mesmo tempo a exploração sexual de mulheres e meninas representa 7 bilhões de dólares anuais. Eis o quadro da "sociedade de mercado", isto é, do capitalismo em sua fase de decadência, no limiar do século XX.

Tais dados, reconhecidos até por um organismo imperialista como a ONU, evidenciam que o capitalismo pode se sustentar apenas sobre a concentração e centralização cada vez maior de riqueza, o que significa quebra de forças produtivas e generalização da pobreza, ou seja, a barbárie.

Nesse contexto verifica-se que a crise de direção mundial do proletariado é o único fator que impede a superação do capitalismo decadente pela revolução proletária, já que as condições objetivas

estão mais que maduras. Frente as experiências desastrosas do nacionalismo burguês, do estalinismo e suas variantes (maoísmo, castrismo etc.), das estratégias pequeno-burguesas (sandinismo, zapatismo), do anarquismo e do centrismo (morenismo, altamirismo etc.), é de fundamental importância a reconstrução do Partido Mundial da Revolução: a Quarta Internacional. Qualquer desvio dessa tarefa, em busca de caminhos mais fáceis ou de uma "terceira via", conduzirá inevitavelmente a mais uma derrota do proletariado.

As alternativas são: socialismo (Quarta Internacional, Revolução Proletária) ou barbárie (fome, miséria, exploração, opressão). Essa é a escolha que cada trabalhador mais cedo ou mais tarde terá que fazer.

História do trotskismo no Brasil

As experiências políticas e organizativas têm grande importância para construir o partido proletário. Conhecer criticamente e assimilar a história política do país e internacional é uma condição para a existência do partido marxista. É nesse sentido que o POR vem realizando debates sobre a história do trotskismo no Brasil. O curso está dividido em períodos. Já estudamos de 1930 a 37; 37 a 45; 45 a 64; e 64 a 68. O próximo será de 1968 a 1980. Tem importância fundamental a experiência do *foquismo* e toda influência do maoísmo, castrismo e nacionalismo pequeno-burguês. Informe-se com o distribuidor deste jornal.

Estudos marxistas do POR

Temos realizado estudos das obras essenciais do marxismo. Começamos pelo "Imperialismo, fase superior do capitalismo" (Lenin), passamos por "Estado e Revolução" (Lenin) e agora "A Revolução Permanente". Tomamos o texto integral, levantamos as teses fundamentais, debatemo-las dentro das condições em que foram elaboradas e verificamos sua atualidade para a luta revolucionária. Os verdadeiros marxistas se empenham por assimilar as conquistas teóricas do movimento internacional como guia para a prática. Como afirmava Lênin, "*Sem teoria revolucionária não existe prática revolucionária*".

UNIR / RO - Combater a destruição da universidade pública e o plano de FHC/FMI

Em Rondônia, sequer se tem uma Universidade consolidada em termos de oferecimento de cursos tais como: Engenharia, Medicina, Odontologia, Filosofia, Nutrição, Comunicação Social, Sociologia etc. A cada dia o ensino é mais mercantilizado, por meio de várias empresas educativas tais como: A ULBRA, IPEC, A FINCA e a FARO etc., que já passam a oferecer cursos, que a UNIR não oferece.

A proposta do Banco Mundial de alocar recursos do ensino superior para investir no ensino fundamental não passa de mais uma das fantasias impostas pelo sistema de exploração capitalista em decomposição para iludir aqueles que não compreendem que a política de FHC e seus parceiros é seguir as orientações da cartilha do imperialismo, destruindo as conquistas dos trabalhadores advindas das lutas nos movimentos sociais, desempregando, estabelecendo o trabalho temporário (instabilidade no emprego) etc.

E agora impõem uma falsa "autonomia universitária", bem ao gosto da destruição do ensino público, imposta pelos

países imperialistas através da proposta do neoliberalismo (projeto dos países imperialistas para ser implementado sobretudo nos países semiconiais como o Brasil), que diz respeito ao corte de recursos para manter o ensino e a saúde pública. O ensino público, inclusive o superior, de acordo com esta política, deve ser submetido à cobrança de taxas que, de acordo com os cálculos levantados conforme os cortes de verba destinados a manutenção da UNIR (Fundação Universidade de Rondônia), atinge quase os 40%: as taxas a serem cobradas dos alunos seriam em torno de R\$ 300,00.

Este processo de privatização, que agora corre o risco de se consolidar, se a comunidade universitária não radicalizar através dos métodos de ação direta (ocupações, manifestações de rua, greve por tempo indeterminado etc.), se encontra em curso desde o momento em que percebe-se a superexploração dos serviços ali prestados, através da terceirização do pessoal de apoio e concursos para contratos temporários de professores, pagando um salário abaixo daqueles dos professores que pertencem ao qua-

dro permanente, mesmo portando um nível de qualificação por vezes acima daqueles pertencentes ao quadro permanente, através do crescente corte de verbas, terceirização de serviços etc. Toda essa destruição do ensino superior ainda é feita em nome do discurso do fortalecimento do ensino básico, mas a verdade é que esses recursos vão parar nas mãos dos parasitas do sistema financeiro.

Os problemas que enfrentamos na UNIR, como falta de professores, funcionários, recursos pedagógicos, salas superlotadas etc. fazem parte desta política de destruição dos serviços públicos e de saques dos países semicoloniais pelos países imperialistas. O Pacto de FHC com o FMI vem custando caro aos trabalhadores. A solução para estes problemas encontra-se nas mãos dos trabalhadores em geral, e da juventude estudantil. O destino da luta dos estudantes e da comunidade universitária depende de sua projeção para a sociedade de classes, ou seja, da aliança com a classe operária em sua luta anticapitalista.

A luta dos trabalhadores em educação em Porto Velho (RN)

As políticas aplicadas pelo prefeito de Porto Velho, Carlinhos Camurça, e por seu Secretário da Educação, Gilberto Teles, impõem às escolas as propostas privatizantes do ensino, ditadas pelo Banco Mundial: PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola - e Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério -, que não passam de mecanismos-farsas para a destruição do ensino público, concentrando a exigência de atendimento ao ensino fundamental em nível municipal de acordo com a legislação em vigor, aumentando a carga de trabalho dos professores e funcionários, gerando de-

semprego, superlotando as salas de aula e cobrando taxas para tentar amenizar a falta de recursos e manter a escola em funcionamento precário. Para se ter uma idéia, os salários atuais são: Funcionário - R\$ 136,00; Professor magistério - R\$ 220,00; Professor licenciatura plena - R\$ 270,00.

Essa situação levou à greve dos trabalhadores em educação, contra o congelamento por sete anos dos salários. O movimento vem se desenvolvendo desde abril, mas não conseguiu nenhuma conquista. Paralisaram as aulas 20 escolas, e apenas 5 não aderiram ao movimento. A direção do sindicato (SINTERO) limitou a greve de três dias

à pressão sobre o parlamento (Câmara dos Vereadores e Assembléia Legislativa), negando-se a realizar ações mais radicais, como a ocupação de setores estratégicos e bloqueio de ruas, defendidos pela Corrente Proletária da Educação.

É necessário que o movimento avance para a unificação com os estudantes e todos os explorados. As direções burocratizadas e reformistas são um obstáculo para isso, e por isso devemos trabalhar pela construção de direções revolucionárias, que expressem politicamente as tendências de luta dos explorados e demais oprimidos pelo programa revolucionário.

Estudantes/PUC-SP

A bandeira de “verbas públicas para a universidade pública” é errada

Os estudantes da PUC que estão se organizando em oposição às direções oficialistas e pró-governistas (aliança PSDB/PCdoB, como no CACS) tem levantado a reivindicação acima, apresentando-a como bandeira para lutar pelo ensino público e contra o subsídio às escolas particulares. É um erro.

O problema da bandeira é que não se posiciona claramente pelo fim do ensino privado, pela estatização sob controle da comunidade universitária. Ao contrário, ao defender apenas que não se dê subsídio às particulares, limita o problema a isso. Pretende colocar a defesa do ensino público como se pudesse conviver tranquilamente com o ensino pago. O fato é que ambos concorrem entre si: a existência e o crescimento do ensino pago dependem do ensino público ser insuficiente e cada vez mais, portanto de seu retrocesso. Os dados do caso brasileiro confirmam essa tendência: enquanto o ensino público tem sido destruído, o ensino pago progride e atualmente é amplamente majoritário no país. Aponta para a liquidação de um em benefício de outro. Esse processo expressa a necessidade capitalista de busca de mercado e a polí-

tica burguesa pró-parasitismo financeiro de cortes de verbas dos serviços sociais públicos para o sustento da especulação.

Os estudantes da PUC enfrentam os problemas da redução das bolsas, inatendimento etc. Seu movimento tem de partir dessas reivindicações mais imediatas e apontar para a necessidade de estatização da universidade sob controle da comunidade universitária. Esse é o único jeito de conquistar o direito democrático elementar ao ensino superior para todos. Renunciar a essa tarefa, em nome de qualquer pretexto, é deixar o caminho livre para o esmagamento do ensino público, favorecimento da exploração da educação pelos capitalistas e estrangulamento do direito à formação superior.

É importante mostrar aos estudantes que a tal da filantropia e o Creduc são instrumentos de piora de suas condições e favorecimento dos parasitas da educação. A filantropia é um meio dos capitalistas da educação não pagarem impostos. As denúncias de que seus programas de filantropia não passam de farsas são numerosas. O Creduc é um instrumento que garante aos donos de escola o paga-

mento das mensalidades do aluno com verbas públicas e ainda favorece os bancos que lucrarão com os juros a serem pagos pelo estudante ao se formar.

A defesa das bandeiras de “fim do Creduc” e “estatização sob controle da comunidade” é muito difícil pelo atraso de uma parcela dos estudantes, pela propaganda enganosa do governo e pela defesa dos mecanismos de sustento da escola particular feita pela maioria das esquerdas. O movimento que as assumir terá de radicalizar contra os donos de escola e o governo. Sem dúvida, elas não permitem se chegar a “consensos” com as escolas pagas, elaborados nas reuniões às costas dos estudantes. Levam a um duro conflito, que só pode ser encarnado por um movimento vigoroso.

A construção de uma direção politicamente oposta à linha submissa do PSDB/PCdoB depende de formular um programa muito claro de luta pelas reivindicações estudantis. A tentativa de apresentar propostas que, não tendo a clareza suficiente, possam ser aceitas eleitoralmente por mais estudantes é o pior caminho para se combater a direção oficialista.

Perseguição Política em Rondônia

A linha de privatização do ensino público em Rondônia tem gerado revolta e mobilização. Os capitalistas e seu Estado respondem com a perseguição política: nas escolas municipais de Porto velho, alguns diretores têm se comportado como tiranos para com os servidores da educação. No Instituto Municipal de Educação, na Escola Municipal Joaquim Vicente Rondon, na Escola Municipal Maria Izaura e na Escola Municipal Senador Olavo Gomes Pires têm ocorrido repressão com punições e transferências.

O SINTERO tem de rechaçar a perseguição e realizar uma campanha de defesa dos professores perseguidos. Os transferidos devem poder retornar imediatamente. O método para pressionar pelo fim da repressão é o ampliar a mobilização.

RO - Os estudantes saem à luta pelo ensino público

A Corrente Proletária da Educação, desde que se fez presente na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), vem chamando a atenção para o processo de privatização do ensino. Inicialmente, foi difícil mostrar esse fato aos estudantes. Mas, tão logo passaram a sentir as consequências do problema, partiram para a mobilização.

A proposta de redução em 40% do orçamento anual (de 2 milhões para pouco menos de 1 milhão e 300 mil), pressupõe uma taxação de cerca de 300 reais por aluno. Isso para manter o funcionamento atual, bastante precário. Os aumentos de preços de lanches e refeições do restaurante universitário, já terceiro-

zado, apontam o rumo da linha do governo para a universidade. A mobilização começou com a iniciativa do CA de História, que iniciou a campanha pela rejeição da “autonomia” proposta pelo governo. O problema é que o DCE está sob a direção do partido burguês PFL, e se nega a resistir à linha governista.

Um ato dia 23/07 e uma passeata em 26/07 chamaram a atenção da população para o problema. Mas o caráter festivo e despolitizado da primeira dificulta o avanço do movimento.

A Corrente Proletária da Educação está em campanha pela unificação e radicalização do movimento em defesa da universidade pública.

Letras/USP - Vitória parcial abre caminho para combater a exclusão

Os estudantes do 1º ano de Letras foram surpreendidos no início de agosto com a exclusão das matrículas em disciplinas do 2º semestre, que supostamente teriam como pré-requisitos as do 1º semestre. Submetidos a um processo de ranqueamento imposto por uma reforma curricular que estabeleceu um ano básico, seriam excluídos do curso já, sem a possibilidade de prosseguir disputando vagas nas habilitações (línguas) pretendidas. O novo currículo procura adaptar a demanda por vagas à falta de professores, excluindo alunos ao longo do curso pela concorrência por habilitações e matrículas em disciplinas.

O centro acadêmico (Caell), havia convocado uma assembléia para discutir a reforma do estatuto, pois a boa parte da atual diretoria, montada pelo PSTU, debandou para o lado da Articulação e pretende implantar o processo majoritário de eleição, para excluir as correntes de esquerda. A pressão da oposição (*Na Letra da Luta*) e dos alunos fez com que se mudasse o caráter da assembléia, que debateu a questão das matrículas, ciclo básico e falta de professores. Marcou-se uma manifestação no diurno e noturno para exigir a garantia de matrícula para todos em todas as disciplinas do segundo semestre.

No noturno, a manifestação paralisou as aulas e se dirigiu ao auditório em que o diretor da Faculdade estava dando aula. Este, pressionado pelos cerca de 300 estu-

dantes, garantiu a matrícula para todos em todas as disciplinas, e no dia seguinte um edital da Comissão Interdepartamental formalizou a conquista.

O objetivo da diretoria é fazer com que os estudantes voltem à sala de aula e aguardem o ranqueamento que, nas férias, poderá excluir os alunos sem nenhuma pressão.

Por isso, imediatamente após a manifestação, realizou-se uma assembléia para prosseguir o movimento. Foi constituída uma comissão de alunos para organizar o movimento. Foi feita nova paralisação de aulas duas semanas depois, para realizar uma passeata pelos outros cursos da faculdade e chamar a atenção de professores e estudantes para a situação. O objetivo do movimento é construir a unidade do movimento na faculdade, primeiro passo para a unificação mais geral na USP pela contratação de professores, que depende de mais verbas para a universidade e se choca com a reforma educacional do governo.

Os problemas enfrentados

A diretoria do Caell participou muito pouco da mobilização. Apenas alguns diretores se engajaram na comissão, e muitas das tarefas sob sua responsabilidade atrasaram ou não foram feitas. Introduziram um debate sobre quem devia assinar o boletim de uma forma extremamente defor-

mada: o Caell devia assinar porque é quem pagava o material. Essa chantagem foi rechaçada como eleitoreira. Outros diretores estão mais preocupados em organizar a sua chapa que em mobilizar os alunos.

A Comissão é composta basicamente de calouros e falta experiência. Sua evolução depende do movimento prosseguir.

O DCE (frente Força Socialista/O Trabalho/PSTU) ainda não se manifestou a respeito. No ano passado, negou-se a convocar uma assembléia geral de alunos da USP, reivindicada por uma assembléia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Os CAs da FFLCH estão na maioria desorganizados.

O movimento tem de buscar o apoio e unificação com estudantes de outras unidades. Os estudantes podem se mobilizar apesar de suas direções. O importante é formular claramente as bandeiras (contratação de todos os professores necessários, vagas para todos, mais verbas (de acordo com as reais necessidades da USP) etc.) e os métodos de luta (assembléias, manifestações, ocupação de prédios, bloqueio de ruas) para fortalecer a mobilização e projetá-la para fora da universidade, buscando o apoio dos assalariados. Trata-se de um movimento que tem de ser parte da luta pela derrubada da reforma educacional governista, aspecto do plano antinacional e antipopular de FHC/Covas.

 Movimento

Judiciários-SP sob ameaça de rebaixamento salarial

Os trabalhadores do judiciário, assim como os demais servidores públicos, amargam um congelamento salarial que já dura mais de cinco anos, o que representa mais de 50% de defasagem. Desta forma, e apesar de estarem trabalhando em ritmo cada vez mais acelerado e em condições cada vez mais precárias, estão percebendo que seus salários simplesmente não estão dando mais para pagar sequer as contas mais elementares como aluguel, vestuário, condução, alimentação, remédios etc. Porém, para o governo não é o bastante: o projeto que está para ser votado na Assembléia Legislativa é um ataque sem precedentes aos trabalhadores. Aumentar o imposto para o IPESP significa reduzir ainda mais os salários e isso não se pode aceitar.

No último dia 12/8 os trabalhadores do judiciário, em conjunto com demais funcionários públicos estaduais, compareceram massivamente ao ato em frente a Assembléia Legislativa para protestar contra o governo e seu projeto de 'reforma da previdência'. O objetivo de Covas é: 1) Confiscar até 25% do salário dos trabalhadores, dependendo da faixa salarial; 2) Eliminar da previdência estadual (IPESP), como segurados/beneficiários, os funcionários que não têm cargo efetivo (Lei 500/74, ACTs, etc), jogando-os para o INSS; 3) Obrigar os pensionistas e aposentados a pagar o imposto. O protesto, que contou com a presença expressiva dos judiciários, demonstrou o descontentamento da categoria e sua disposição para lutar contra os

ataque às suas condições de vida.

Diante da ofensiva do governo que quer impor um confisco de salários, é um erro se iludir achando que os deputados poderão não aprovar o projeto. Deve-se rechaçar integralmente as medidas confiscatórias e a resposta não pode ser outra senão a ação direta. Se se quer barrar mais esse ataque, precisa-se responder com luta, ou seja, com greve. Formar imediatamente os comitês de mobilização em todo o Estado para organizar a GREVE GERAL DOS JUDICIÁRIOS e trabalhar, juntamente com os demais servidores estaduais, para construir a GREVE GERAL DO FUNCIONALISMO. Só assim é possível defender as reivindicações e barrar os ataques do governo FHC/Covas.

10 Anos de "Massas" - artigo do Massas nº 2 - Setembro de 1989

A burguesia manobra com a crise

Há poucos meses atrás, a burguesia descrevia a situação como desesperadora. Em abril, o *Estadão* assinalava: "A economia está desarticulada e a cada dia que passa tem-se a impressão de que todos os controles foram perdidos". O Plano Verão havia afundado. O governo entrou numa profunda paralisia. A desagregação atingia o poder do Estado. A pré-falência financeira da União ameaçava se tornar falência. Os investidores exigiam um seguro para os títulos da dívida pública. A migração da massa de dinheiro especulativo de um pólo a outro de aplicação se acelerava. Tornou-se escandalosa a evasão de divisas. Abriu-se atrito com o FMI. A recessão voltava à cena. No plano político, isto se expressava nas propostas de abreviação do mandato de Sarney e nas pressões da grande burguesia para que o Congresso nacional assumisse as rédeas do país. Frequentemente, a grande imprensa chamava a atenção para os riscos que corriam as eleições, diante do precipício aberto pela hiperinflação. E, finalmente, a divisão no seio do governo provocou a queda do Ministro da Justiça, Dias Correia.

Em meio a estes fatos correlacionados, o grande capital responsabilizava Sarney de ter sido incapaz de impor o essencial do Plano Verão, isto é a desestatização e a abertura do mercado interno para o imperialismo. Ao mesmo tempo, passava a pressionar violentamente para influenciar na sucessão presidencial. Em relação ao primeiro, o Congresso reeditou a linha da desestatização através do Plano de Emergência. Ao segundo, a consolidação da candidatura Collor, embora não desejável, veio superar a indefinição anteriormente criada pela polarização Brizola / Lula. Março, Abril, Maio conheceram um poderoso ascenso grevista. A partir de Junho, a redução das lutas favoreceu o predomínio da política eleitoral. As frações burguesas ainda se dividiram entre os partidários de um novo choque, o que pressupunha a renovação dos ministros da área econômica, e os da recolocação da política do "feijão com arroz" acrescida do ingrediente da desestatização. O triunfo da segunda

variante acabou por selar um acordo provisório de pacificação dos ânimos das hostes da classe dominante.

De um profundo quadro de instabilidade, a burguesia agora pretende apresentar uma relativa estabilidade. O grande capital se alinhou em torno das medidas pró-imperialistas do Plano de Estabilização e passou a jogar com o mal menor da candidatura Collor. O otimismo governamental com a retomada do crescimento (3,1% em Julho), com a tranquilidade na área especulativa e com as negociações com o FMI, em novembro, não irá muito longe. Nada indica que o crescimento de Julho será sustentado. Além disso, não passou de uma débil recuperação de quedas passadas. O empobrecimento do país com a redução do produto *per capita* já é impossível de ser escondido. A contenção da crise financeira é pura aparência, pois, ao contrário, cresceu drasticamente o endividamento do Tesouro devido às altas taxas de juros. Logo estourará com maior força ainda. Na área externa, só restam as exigências catastróficas do FMI.

Esse hiato no processo convulsivo da crise, que o governo quer passar como início do controle da economia, servirá para acumular os elementos desagregadores. O recente atrito aberto entre o presidente da Petrobras e Maílson da Nobrega tem por motivo divergências em torno de como encarar a explosão inflacionária e as tarifas públicas. A colocação da Ministra do Trabalho Dorotéia de que ou se arma um novo pacto ou virá um pacote violento é a expressão política da instabilidade política que permanece. Por outro lado, a desagregação nunca vista dos grandes partidos burgueses é a medida exata do que será o próximo governo, sendo ou não Collor.

O fundamental disto tudo não se prende somente ao prognóstico de que, na verdade, não há solução alguma da bancarrota, mas também ao fato de como a burguesia trabalha sua própria crise. O grande capital nacional, tendo por trás o imperialismo, utilizou-se da situação para assinalar um caminho de disciplinamento de todos os partidos, inclusive o PT, que, por sua vez, transmite o mesmo para a CUT. A concentração do

PT no jogo eleitoral e a desativação da CUT como instrumento de ascenso são um fator decisivo para a rearticulação e toda a movimentação burguesa. Tanto é que foram incapazes de responder tanto à ofensiva imperialista de desnacionalização, quanto ao incremento da exploração, assegurada pela nova lei salarial. O governo democrático e popular, o seu respectivo programa e a Frente Popular que os sustentam revelam bem o cretinismo eleitoreiro frente às manobras dos capitalistas. O grave é que, devido a influência sobre a CUT, obstaculiza a retomada da onda grevista. E não é por falta de disposição de combate das massas. Os trabalhadores já começaram a se manifestar à procura da via grevista, acompanhados do retorno do movimento estudantil, que esteve mergulhado numa longa paralisia.

A burguesia continua a pressionar pesado para a CUT não sair da estreita bitola eleitoral em que se meteu. O jogo que Gilmar Carneiro tem feito, em companhia da ala pelega mais reacionária, para evitar uma grande mobilização dos bancários, que poderia impulsionar a campanha salarial unificada (apenas anunciada e pouco construída), dá bem a dimensão de freio interposto no movimento sindical. Assim mesmo a burocracia não tem alcançado grandes êxitos com os banqueiros, que contam ainda com a possibilidade da quebra da greve sem ter de desembolsar algo significativo. Tudo se tem feito para que a greve do dia 20 não saia.

Uma política revolucionária implica na denúncia implacável da burocracia eleitoreira e no rechaço ao freio da frente popular do PT. Mas esta é apenas uma parte da tarefa. Está colocada a campanha contra o entreguismo pró-imperialista e por um plano de lutas, que centralize nacionalmente o movimento operário e reponha as condições de março passado para uma verdadeira greve geral, agora por tempo indeterminado e voltada contra o governo dos capitalistas e o Estado burguês. Esse é o meio para o proletariado interferir na crise econômica e política que assumirá novas formas em bem pouco tempo.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciada no Massas n.º 160

Características de Nossa Propaganda

A Bolívia é um país que representa sérias dificuldades para o trabalho publicitário, conseqüência em grande parte de seu tremendo atraso cultural (mais da metade da população é analfabeta). Os próprios intelectuais burgueses sustentam que em nosso país não se escreve nem se lê.

O POR (partido de proletários que recebem salários miseráveis) realiza tradicionalmente um admirável trabalho de propaganda impressa, relativamente maior que qualquer outra organização política e inclusive ao conjunto de todos os partidos existentes. Os poristas mais destacados se converteram em publicistas, vencendo enormes dificuldades e chegando a reviver a grande tradição dos revolucionários bolcheviques. Explica-se este fato se se tem em conta que nosso partido está estruturado exclusivamente ao redor de idéias políticas. Depois de um incansável trabalho, como redatores e editores das publicações partidárias, temos adquirido um estilo próprio, inconfundível e acomodado a nossa finalidade política.

Como temo dito, a forma de apresentação do jornal depende da situação política que se vive, de se está dirigido para as camadas mais vastas das massas ou para uma elite próxima ao Partido. Neste último caso será essencialmente teórico e os artigos imensos dominam o jornal.

Tratando-se de uma publicação destinada às massas deverá procurar que seu formato seja facilmente manuseado, econômico, e atraente. O homem da rua, diferentemente do militante ou do simpatizante, não está obrigado a nos ler e, por isto mesmo, é preciso se esforçar para apresentar um jornal atrativo. Não

se deve descuidar do menor detalhe sobre composição, títulos, impressão etc. O número de páginas deve acomodar-se às possibilidades de leitura dos operários e os caracteres empregados devem ser grandes. Deve-se utilizar uma linguagem simples.

Por aí se diz que às massas só lhes pode dar uma parte das idéias de nosso programa e que o resto deve ser destinado ao uso exclusivo dos círculos de iniciados. Esta espécie de esoterismo animou no passado o marofismo (corrente centrada presente no interior do POR durante sua fundação, mas que em pouco tempo se separou deste formando um partido socialista — N.E.) e é moeda corrente do estalinismo. Outras pessoas se orientam a apresentar as idéias revolucionárias de forma que aparentem inofensivas ou inócuas. Estes casos de ocultamento e degeneração das idéias partidárias pressupõem uma íntima desconfiança sobre a capacidade revolucionária das massas. Por este caminho se conclui enganando aos trabalhadores e obrigando-os a formar uma idéia equivocada sobre os objetivos do Partido.

A posição correta — demonstrado pela experiência dos partidos revolucionários e mais tarde expostas por Trotsky em sua polêmica com os redatores da francesa "Comune"—está em expor fielmente o programa do Partido, sem nada ocultar, sem nada adulterar, mas de forma simples e acessível para o grosso das massas. A sensibilidade e a clareza na exposição é atributo de quem há aprofundado no conhecimento da teoria. Pode-se dizer que quando se fala de um jornal de massas se estão discutindo problemas de forma e não de conteúdo. Nós poristas não temos porque ocultar nosso programa e, contrariamente, nosso interesse é levá-lo até o grosso dos explorados.

Algumas Recomendações

O jornal destinado às massas não deve abordar os problemas em forma de folhetim e tampouco incluir textos muito extensos que obriguem a leitor a passar de uma página para outra, pelo simples fato de que os operários bolivianos não estão acostumados a seguir este tipo de leitura. Todas as questões têm de ser abordadas em uma só página e também com a mesma finalidade pode-se empregar a técnica de dividir os problemas em vários boxes.

A composição das páginas deve evitar a monotonia e peso, procurando dar movimento ao conjunto. Recomenda-se dividir a página em colunas e utilizar os requadros e colunas sangradas. Deve-se também ter cuidado com os títulos: empregar caracteres chamativos e legíveis.

O periódico deve ser oportuno e registrar as notícias do dia. Serão incluídas seções sobre a vida operária, camponesa, estudantil etc., sobre os problemas internacionais. As citações dos clássicos devem ter relação com os artigos e com o momento político, facilitando assim sua compreensão e aplicabilidade. Deve-se esmerar em utilizar caricaturas e ilustrações.

A finalidade do jornalismo revolucionário não é simplesmente dar notícias (isto também fazem os jornais burgueses), mas comentá-las politicamente. Aos problemas devem dar soluções segundo as nossas idéias.

Uma das chaves do êxito do jornal é que aparece sistematicamente com a mesma periodicidade e vencendo todas as dificuldades nas datas assinaladas. Somente assim pode conseguir que as massas pensem conforme uma idéia política.

Concepção marxista da educação

A Corrente Proletária da Educação estará, a partir do dia 5 de setembro, realizando um curso sobre as idéias de Marx e Engels sobre a educação. Os textos foram extraídos das principais obras

dos dois revolucionários, como *Ideologia Alemã*, *Manifesto do Partido Comunista*, *O Capital*, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, *A Sagrada Família*, *Anti-Duhring* e *Crítica da Economia Políti-*

ca. Para participar basta seriedade, disposição de luta e vontade de organização política. O academicismo e interesses particulares de ilustração não cabem no curso de formação marxista.

A concentração de capital segue a lei da acumulação capitalista

As megafusões e aquisições na ordem de 2,4 trilhões de dólares, em 1998, têm impressionado analistas burgueses. Só nos Estados Unidos, a cifra alcançou 1 trilhão de dólares, um pouco menos que 50% do total.

As fusões e aquisições não se limitam às potências. Nas semicolônias, como o Brasil, o fenômeno comparece com toda força. A fusão da Brahma com a Antarctica, constituindo um monopólio de mais de 70% do mercado brasileiro, criou uma grande polêmica intercapitalista. Mas há outros precedentes em relação a fusões e aquisições de empresas nacionais por multinacionais.

A fusão de empresas nacionais segue as pressões do grande capital internacional e significa um pingo de água no oceano. É importante que se tenha claro que as fusões e aquisições ocorridas no Brasil correspondem à penetração do capital imperialista e à conseqüente desnacionalização. As privatizações vêm nesse sentido.

A fatia da produção, distribuição e serviços sob o controle das multinacionais cresce sem cessar. A burguesia brasileira está obrigada a ceder espaço a seus amos imperialistas.

O excedente de capital financeiro sob o comando das multinacionais alcançou cifras astronômicas. Necessita, assim, das aquisições e fusões para continuar a expansão nas condições de excesso de capital e restrição do mercado mundial.

“Calcula-se que um grupo de 100 grandes empresas transnacionais seja responsável hoje em dia pela metade do comércio mundial, pouco mais ou pouco menos. Apenas as 10 maiores corporações industriais, com seu faturamento anual superior a um trilhão de dólares, batem com folga o PIB do Brasil, que ocupa o 9 lugar entre as economias mais industrializadas do mundo”. (Veja, 7/799). Esse dado confirma o ínfimo lugar da tão decantada 9 economia industrial. Ao mesmo tempo, indica a grande importância que tem para a exploração das multinacionais e do capital financeiro parasitário.

As fusões e aquisições são próprias da lei de concentração de capital (o que contraria terminantemente a tese da des-

concentração e distribuição de renda dos reformistas do PT). E a desnacionalização nos países de economia atrasada (semicolônias) são reflexo do domínio mundial imperialista e corresponde à necessidade de manter a marcha da concentração.

As pequenas e médias empresas se tornam mais subordinadas e uma parcela se quebra ou é assimilada, como tem ocorrido no setor de autopeças. Os ramos fundamentais, como telecomunicações, energia elétrica, petróleo etc., são abocanhados.

As medidas de abertura de mercado e de liberdade de penetração do capital externo correspondem ao movimento do capital imperialista em busca de maior concentração e de proteção em relação à crise de superprodução, bem como da tendência à queda média da taxa de lucro. A gigantesca concentração transborda em crise estrutural. As forças produtivas se acham encarceradas pelos monopólios. O desemprego cresce em grande escala, sem que os capitalistas tenham qualquer solução para amenizá-lo. Trata-se da desintegração do capitalismo, carregado de riqueza e capacidade de produção de um lado, e, por outro, de um acúmulo de miséria das massas.

Esses números estarrecedores de concentração, a ponto de 10 empresas terem um faturamento anual maior que tudo que o Brasil produz no mesmo período, não só indicam o impasse histórico do capitalismo mas também que as condições materiais para sua destruição e substituição pelo comunismo estão dadas em toda parte.

Marx e Engels comprovaram, ao descobrirem as leis científicas de funcionamento da economia capitalista, que a concentração e centralização crescente da propriedade privada dos meios de produção preparavam as bases materiais para o nova sociedade sem classes, ou seja, o comunismo.

Trata-se do proletariado superar sua crise de direção construindo seu partido mundial da revolução socialista. A luta antiimperialista se combina com a anticapitalista. O programa do proletariado

é de expropriação do capital imperialista e controle coletivo da produção. Este conduz a luta antiimperialista à tarefa de expropriação geral da burguesia. A unidade mundial do proletariado contra a burguesia decadente é estratégica para sepultar o sistema de exploração do trabalho, que agoniza e empurra a humanidade à barbárie (fome, desemprego, guerras, destruição de forças produtivas e toda sorte de catástrofe social, incluída aí a destruição da natureza).

A diretriz governamental em favor das fusões e aquisições é pró-imperialista e não nacional

A *Gazeta Mercantil* informa que o governo FHC, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), já tem reservados 3 bilhões de dólares para o programa de fusões e aquisições. Sendo que, inicialmente, favorecerá os ramos de “papel e celulose, siderurgia e petroquímica”. (*Gazeta M.* 3/8/99). A justificativa é que o governo reconheceu que o processo de fusões e aquisições corresponde ao fenômeno da denominada “globalização”, nome utilizado para acobertar a ofensiva colonialista do imperialismo. De forma que o governo pró-imperialista acha que com as fusões o Brasil poderá tornar mais competitivo internacionalmente, seguindo a produção em grande escala.

Em apoio a tal diretriz, o editorial da *Gazeta Mercantil* diz: “Empresas de porte interessam, sim, ao País porque podem brigar de igual para igual com congêneres internacionais, preservando postos de trabalho e cadeias produtivas no mercado interno, e porque capacitadas para operar além-fronteiras.” Essa defesa mostra bem a necessidade dos porta-vozes do grande capital falsificarem a realidade para acobertar os reais interesses e a política pró-imperialista do governo.

O processo de fusão e aquisição se dá sob a égide do capital imperialista. Não pode corresponder à defesa da economia nacional. É falso que permitirá enfrentar a concorrência das multinacionais e que projetará as exportações brasileiras. Os principais grupos

nacionais são peixinhos frente aos tubarões imperialistas. Parte deles que mais interessarem aos tubarões vai ser desnacionalizada, seja por fusões, vendas ou consorciamentos.

O capital financeiro, sob o controle de bancos, financeiras e multinacionais interpenetrados, comanda o curso dos acontecimentos. E este está superconcentrado nas mãos das metrópoles. Conforme cresce o impasse mundial (crise de superprodução, guerra comercial etc.), as corporações internacionais exigem mais espaço nas semicolônias, atu-

ando por cima delas. Como dissemos, as fusões e aquisições são um fenômeno determinado pelo capital imperialista.

Os bilhões de dólares que o BNDES reserva para alimentar o grande capital não servirão aos interesses nacionais, mas sim forâneos.

A idéia que as fusões protegerão os empregos é uma descarada falsidade. Em todo o mundo, são utilizadas para aumentar a taxa de exploração do trabalho. São parte desse objetivo as demissões em massa.

As privatizações também têm revela-

do isso, mostrando que o governo mentiu à população com a propaganda de que a economia daria um grande salto à frente, que o endividamento seria resolvido e assim milhões de empregos seriam criados. O contrário ocorreu. Os capitalistas foram beneficiados e as massas padecem com desemprego e miséria. Trata-se da classe operária lutar em torno de seu programa estratégico de expropriar o grande capital internacional e nacional, transformando-o em propriedade coletiva.

Estados Unidos já intervêm na Colômbia Não à intervenção imperialista!

O general Barry McCaffrey indicou que os Estados Unidos estão à espera de melhores condições políticas para intervir com tropas na Colômbia. Sua peregrinação pela América Latina objetivou convencer os governos a apoiarem a estratégia intervencionista do imperialismo. O melhor seria se os exércitos da região fossem colocados sob a supervisão do Departamento de Defesa dos EUA, do que realizar uma ofensiva ianque isolada.

Uma frente intervencionista contra a guerrilha das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e do ELN (Exército de Libertação Nacional) reuniria as bases políticas necessárias. O governo argentino, que tem se desportado como o mais bem comportado cordeiro do imperialismo, adiantou sua disposição de enviar tropas à Colômbia. Entretanto, o general McCaffrey não conseguiu concretizar imediatamente sua meta.

Há receio dos governos de terem de enfrentar o sentimento antiimperialista das massas latino-americanas. O resultado catastrófico dos Planos neoliberais tem colocado tais governos em crise e motivado a luta de classes.

O imperialismo realizou uma primeira ofensiva, sabendo de tais obstáculos. Apresentou e continuará apresentando a justificativa de combate às drogas e à ligação entre as Farc e o narcotráfico.

Denúncia essa rebatida pela guerrilha. Mas o problema não está no fato de se tem ou não tem tal ligação. Sem dúvi-

da, uma política revolucionária está em contraposição total ao narcotráfico como expressão da decomposição do capitalismo e da existência de uma burguesia narcotraficante, incluídos nela grandes bancos norte-americanos, que lucram lavando dólares.

O fundamental reside no intervencionismo imperialista. Nenhum pretexto é suficiente para admiti-lo. As potências imperialistas encarnam a reação capitalista em toda linha. São a polícia do mundo pela necessidade de assegurar seus interesses mundiais de espoliadores dos países semicoloniais. Mais do que isso: atuam como a fração mais poderosa da classe capitalista para combater o proletariado e os camponeses pobres, que se levantam contra os exploradores e caminham por expropriar o capital.

O sistema mundial capitalista se desintegra sob o impacto de suas contradições insolúveis. Resulta em desemprego crescente, maior expulsão dos camponeses das suas terras, miséria crescente etc. A luta de classes tende a agudizar. O intervencionismo imperialista se torna mais agressivo.

Os trabalhadores brasileiros e de toda latitude devem rechaçar por princípio a intervenção imperialista, subordinando qualquer justificativa a esse princípio.

Passo em falso das Farc

A *Folha de São Paulo* informou: "As Farc (...) incluíram o Brasil em sua ofen-

siva diplomática e querem conseguir do governo autorização para instalar um escritório de representação no país." (21/8) Indica que as Farc já têm uma sede autorizada pelo governo mexicano.

No Brasil, seu representante Hernán Ramirez estabeleceu relações com parlamentares, inclusive do PSDB, para obter autorização. "As Farc afirmam que o interesse do grupo no Brasil é firmar relações político-diplomáticas e fazer pontes com o governo para solicitar o reconhecimento da guerrilha como força beligerante." (*Folha*)

À primeira vista, pode parecer uma tática legítima para combater a ofensiva norte-americana e desfazer a campanha de que a guerrilha é aliada do narcotráfico, como explicou Hernán Ramirez em entrevista. Entretanto, expressa o conteúdo nacional-burguês de sua estratégia política.

A guerrilha comandada pelas Farc não tem por base o programa e o método da revolução e ditadura proletárias. A decisão de procurar reconhecimento de governos burgueses latino-americanos se contrapõe ao internacionalismo proletário.

Fernando H. Cardoso, Menem etc. comandam a opressão capitalista contra as massas e submetem o país ao saque imperialista. Somente as massas operárias e camponesas latino-americanas poderão responder aos ataques do imperialismo às Farc e para isso terão de estar em luta aberta contra o imperialismo no Brasil, Argentina etc. O que significa combater FHC, Menem e outros.



A agitação nos países latino-americanos fortalece o POR boliviano

Nos últimos dias, chegaram notícias sobre a radicalização das massas, sobre suas lutas de rua etc. Particularmente do Equador e da Argentina.

Não se tratam somente de respostas isoladas às conseqüências desastrosas da crise econômica do capitalismo em escala mundial, mas sim de uma tendência para a generalização do descontentamento popular contra a política neoliberal privatizadora, contra a política dos governos burgueses a serviço das multinacionais etc.

Seria absurdo sustentar que os explorados e oprimidos ainda não despertaram de seu adormecimento e que a burguesia reacionária e em decomposição pode continuar golpeando suas cos-

tas. Uma situação como essa já passou.

Estamos diante das massas que ganham as ruas para expressar sua decisão de esmagar o neoliberalismo e os governos que vêm aplicando-o com persistência. Esse despertar dos explorados é o início de uma situação revolucionária. O mais provável é que esse ascenso de massa vá se aprofundando e generalizando.

Nossa experiência própria nos ensina que a influência da radicalização das massas em outros países, particularmente nos vizinhos, atua como alavanca impulsionadora sobre a atividade dos explorados e oprimidos do país.

Seria absurdo colocar que esse fenômeno seguirá em linha reta e em perma-

nente ascenso. Ao contrário, será contraditório, com avanços e retrocessos.

Para alcançar a vitória é necessária a presença do partido revolucionário, atuando como estado maior do exército das massas que deve tomar o poder.

Por ora, esse é o problema fundamental. Na Bolívia, avança-se neste plano, mas é claro que temos de alcançar um avanço maior. Nos países mencionados, as direções revolucionárias estão quase totalmente ausentes.

A construção do partido se vê facilitada com ajuda da experiência internacional, isto é algo que não se deve esquecer.

Ataques tontos e desleais contra o POR

No plano internacional, mais que no nacional, os detratores do POR boliviano se proliferam como fungos. Claro que, na Bolívia, a tarefa de combater o POR é bem paga pelo imperialismo e pelo governo burguês.

As críticas, os insultos etc. são lançados sem fundamento, alegremente. Tudo indica que não se molestam em ler nossas "Obras Completas" que chegam

perto do tomo 50.

Repetimos o que temos dito: não nos interessa os grupos sem programa e cuja única preocupação é fazer acordos sobre questões meramente conjunturais, à margem da política revolucionária e do marxismo-leninismo-trotskyismo, com finalidade pueril de fazer crer que se trata de organizações numericamente poderosas.

Não nos interessa discutir com tais agrupamentos e, se procuram acordos e debates, exigimo-lhes que nos digam o fundamento de sua conduta cotidiana. Repetimos que só podemos fazer frentes em torno da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

(Artigos extraídos do Massas boliviano número 1674, de 16/7/99)

Por que proliferam os fungos e os cacatuas tanto tagarelam

Como diz o artigo acima, proliferam como fungos os detratores do POR boliviano. Chega a beirar o ridículo como uma corrente copia as mesmas farsas de outra, como se fossem a mais incontestável verdade. Dizem: o POR foi responsável pela derrota da revolução de 1952 porque não levantou a bandeira de "Todo poder à COB", capitulou diante do nacionalismo burguês e foi frentepopolista com a tática de frente única antiimperialista. Inventam coisas impressionantes, a exemplo de que o POR a transformou em frente estratégica em torno de um governo de colaboração

de classe.

De tanto denunciarmos, aqui no Brasil, que os "cacatuas" (termo utilizado por G. Lora cujo sinônimo é "papagaios") não conhecem nada sobre a rica história do POR (64 anos de vida), os copiadouros resolveram pincelar frases aqui e ali, citando a bibliografia. O que os torna ainda mais ridículos, pois não analisam a complexidade da luta de classes na revolução de 52, a relação entre o MNR nacionalista e as massas, a ação do imperialismo contra o governo pequeno-burguês nacionalista e o próprio desenvolvimento do POR (o surgimento de uma tendência nacionalista em Co-

chabamba, a situação organizativa do POR em 52, os precedentes da luta interna do período de 46, o lugar ocupado pelo partido no seio das massas insurretas etc).

Mas, dentre o esquematismo dos detratores, o que mais chama a atenção é o fato de não apresentarem em suas críticas as teses políticas e programáticas do POR frente aos acontecimentos revolucionários, muito menos estabelecerem qualquer relação desses acontecimentos com a política porista atual.

Não se dão conta de que, se o POR tivesse capitulado frente ao nacionalismo e cometido os pecados estalinistas da

frente popular, teria sido programaticamente varrido, como foi o conjunto das esquerdas, dos estalinistas aos foquistas. No entanto, o contrário ocorreu, os trotskistas bolivianos são uma fortaleza principista ligada profundamente às massas e à história do país (dos acontecimentos fundamentais e das idéias políticas). Todas as variantes dos "trotskistas" cacatuas tentaram se implantar na Bolívia, mas não encontraram e não encontram lugar. Teriam de afastar o POR. O que não tem sido possível, uma vez que não têm programa, chocam-se com a firmeza programática do POR e com sua inserção no movimento social.

Na Bolívia, os cacatuas cacarejam sem que alguém lhes dê ouvidos. Aqui entre nós, procuram vicejar como sagazes críticos do "nacional-trotskismo" do POR. Manejam as acusações sem o me-

nor fundamento. Procuram confundir com uma citação aqui outra ali, de onde podem deduzir o que bem entender. Mas, no fundo, acobertam o fato do POR tê-los combatido no ponto nevrálgico: o revisionismo, o abandono da estratégia da ditadura do proletariado, as fórmulas de governo popular distinto do governo operário e camponês, o eleitoralismo, a negação das teses leninistas sobre o imperialismo, o partido, o caráter de seita etc.

Os caminhos tortuosos percorridos pelos pablistas/mandelistas (DS/PT), morenistas (PSTU) (hoje cindidos em inúmeras variantes na Argentina - MAS, PTS etc), lambertistas (O Trabalho/PT), altamiristas (PCO) etc., todos revisionistas do Programa de Transição, comprovam com mais evidência a crítica do POR de que são correntes sem progra-

ma. Por isso oscilam constantemente para o oportunismo.

Nossa experiência com esses agrupamentos, aqui no Brasil, e, pelo que sabemos, também na Argentina, não nos mostra o contrário. A adaptação ao PT (à frente popular), a fórmula do governo dos trabalhadores substituta do governo operário e camponês, o frentismo eleitoral (frente de esquerda, frente dos trabalhadores, frente socialista, que só servem para épocas eleitorais) contra-posto à tática da frente revolucionária antiimperialista, tudo isso temos combatido como caricatura de marxismo. Todas essas correntes sonogam a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Está aí por que os detratores do POR boliviano proliferam como fungos e tagarelam como cacatuas.

Algumas passagens críticas e autocríticas do POR sobre os acontecimentos da Revolução de 52

Política militar do POR*

"Um dos fatos mais espetaculares da revolução foi o da destruição do exército pelos operários deficientemente armados. Em realidade, as forças armadas, como expressão do caduco e carcomido regime reacionário, começaram a se desmoronar diante do poderoso impulso popular; os operários não fizeram outra coisa senão finalizar esse processo. Se em 1946 a contra-revolução pôde se impor, cindindo o exército, um dos pilares de sustentação do governo de Villarroel, e conseguiu limpá-lo. Em 1952, alcançou-se a vitória popular pelo seu afundamento. A lição desses acontecimentos é clara: o proletariado para triunfar deve, entre outros requisitos, conseguir a anulação, ruptura ou destruição do exército que pode materializar-se dentro do ascenso e radicalização das massas. O POR foi lentamente elaborando e aperfeiçoando sua política militar. No início, limitava-se a ensinar os trabalhadores a se armarem; depois compreendeu que isso não é suficiente, que é necessário dedicar uma sistemática campanha buscando ganhar politicamente os soldados, classes e jovens.

A destruição do exército impulsionou a organização das milícias armadas de operários e camponeses, tudo dentro da linha assinalada pelas Teses de Pulacayo; e colocou problemas políticos de enorme transcendência. O governo nacionalista carecia, no início, de força repressiva; a violência organizada se deslocou do aparato estatal às organizações operárias, em cujo seio tinham se organizado e se moviam as milícias. A estabilidade e política governamentais se viram, em determinada etapa, certamente que muito breve, submetidas à vontade dos trabalhadores. Sua defesa estava em mãos das milícias e, portanto, havia o risco de que o poder dos fuzis servisse para impor determinada linha política. Paz-Estensoro, o caudilho mais destacado do nacionalismo, era um virtual prisioneiro das organizações operárias; dissimulava sua situação adotando posturas radicais e tingindo sua linguagem demagógica com o vermelho mais forte. Um sopro teria bastado para jogar pela borda o chefe emenerrista, mas não havia no cenário quem fosse capaz de dar o sopro histórico. O Kerensky boliviano pôde sortear

as dificuldades. Não podia esperar que a explosiva espontaneidade das massas realizasse uma operação da mais alta política classista.

Pagou-se caro por dois fatos: O tremendo atraso que se observava na superação da confusão política das massas (enormemente acentuada pela vitória de abril), que estavam seguras que o MNR cumpriria o programa levantado em Pulacayo; a debilidade do Partido Operário (POR), que, refletindo o impulso das massas, voltou a incorporar-se, mas carregando o peso morto de sua crise interna que não lhe permitiu uma ousada atuação no seio das massas e a colocação de uma firme linha política. Se em suas linhas gerais os acontecimentos confirmaram o tradicional programa trotskista, este se via obscurecido por freqüentes oscilações introduzidas pelas tendências revisionistas que saltavam, de tempo em tempo, à superfície."

(Extraído do livro "Contribuição à História Política da Bolívia", de Guillermo Lora, páginas 227/228)

(Nas próximas edições iremos publicar novos textos selecionados)

* Título dado por nós à passagem